

31 - 03 | 2024

A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL NA LUSOFONIA ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ANGOLA, SÃO TOME E PRÍNCIPE E MOÇAMBIQUE

The new institutional economy in lusophony comparative study between aAngola,
São Tome and Principe and Mozambique

La nueva economía institucional en lusofonía estudio comparativo entre Angola,
San Tomé y Pprincipe y Mozambique

Maria Helena Catarina Bicudo Abdul ¹,

¹Universidade São Tomás de M Moçambique, Moçambique, <https://orcid.org/0002-7108-3045>,
milenabdul1@gmail.com.

Autor para correspondência: milenabdul1@gmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Abdul, M. H. (2024). A nova economia institucional na lusofonia. Estudo comparativo entre Angola, São tome e príncipe e Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 73-67.

RESUMO

Este artigo tem como objectivo compreender o cenário das instituições sócio-económicas nos países da lusofonia, essencialmente Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Adicionalmente, busca-se identificar desafios e oportunidades para o aprimoramento das instituições e para o fortalecimento de uma economia mais resiliente, inovadora e sustentável nesses países. Adoptou-se em termos metodológicos, um estudo bibliográfico, fez-se uma revisão literária, de vários autores contemporâneos nacionais e internacionais, documentos oficiais que culminaram numa metodologia de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que as instituições tem um papel fundamental nas relações económicas facilitando as escolhas dos tomadores de decisões. O crescimento económico sustentável é o resultado das instituições inclusivas, políticas e económicas. A realidade de países estudados (Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique) é caracterizada por semelhanças em termos de avaliação da situação socio-economica.

Constatando-se uma precariedade nas condições de vida da população. Concluindo-se que as instituições são deficientes prelavendo a corrupção, fraca intervenção dos órgãos judiciais, defice ao acesso a serviços básicos como educação, saúde, difícil acesso a habitação para a população jovem. Algumas iniciativas para melhoria da realidades destes países passariam por fortalecer o sistema judicial e tornar-se mais independente do poder executivo, promover-se a descentralização em diferentes vertentes e reforço das instituições de controlo e combate a corrupção.

Palavras-chave: Instituições, Lusofonia, Nova economia.

ABSTRACT

This article aimed to understand the scenario of socio-economic institutions in Portuguese-speaking countries, essentially Angola, São Tomé and Príncipe and Mozambique. Additionally, we seek to identify challenges and opportunities for improving institutions and strengthening a more resilient, innovative and sustainable economy in these countries. In

methodological terms, a bibliographic study was adopted, a literary review was carried out, of several contemporary national and international authors, official documents that culminated in a content analysis methodology. The results revealed that institutions play a fundamental role in economic relations, facilitating the choices of decision makers. Sustainable economic growth is the result of inclusive political and economic institutions. The reality of the countries studied (Angola, São Tomé Príncipe and Mozambique) is characterized by similarities in terms of assessment of the socioeconomic situation. Precarious living conditions of the population are noted. Concluding that the institutions are deficient, prevailing corruption, weak intervention by judicial bodies, poor access to basic services such as education, health, difficult access to housing for the young population. Some initiatives to improve the realities of these countries would include strengthening the judicial system and becoming more independent from the executive branch, promoting decentralization in different aspects and strengthening institutions for controlling and combating corruption.

Keywords: Institutions, Lusophony, New economy.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo comprender el escenario de las instituciones socioeconómicas en los países de habla portuguesa, esencialmente Angola, Santo Tomé y Príncipe y Mozambique. Además, buscamos identificar desafíos y oportunidades para mejorar las instituciones y fortalecer una economía más resiliente, innovadora y sostenible en estos países. En términos metodológicos, se adoptó un estudio bibliográfico, se realizó una revisión literaria, de varios autores nacionales e internacionales contemporáneos, documentos oficiales que culminaron con una metodología de análisis de contenido. Los resultados revelaron que las instituciones juegan un papel fundamental en las relaciones económicas, facilitando las elecciones de los tomadores de decisiones. El

crecimiento económico sostenible es el resultado de instituciones políticas y económicas inclusivas. La realidad de los países estudiados (Angola, Santo Tomé Príncipe y Mozambique) se caracteriza por similitudes en cuanto a la valoración de la situación socioeconómica: se constatan condiciones de vida precarias de la población. Concluyendo que las instituciones son deficientes, prevalece la corrupción, débil intervención de los órganos judiciales, deficiente acceso a servicios básicos como educación, salud, difícil acceso a la vivienda para la población joven. Algunas iniciativas para mejorar las realidades de estos países incluirían fortalecer el sistema judicial y volverse más independiente del poder ejecutivo, promover la descentralización en diferentes aspectos y fortalecer las instituciones para controlar y combatir la corrupción.

Palabras clave: instituciones, lusofonía, nueva economía.

INTRODUÇÃO

North (1990) examinou a contribuição de desenvolvimento institucional para o crescimento económico ao longo da história, concluiu que o sucesso tanto o fracasso organizacional explicam o progresso e o retrocesso das sociedades. Considerou particularmente importante a proteção dos direitos de propriedade, na medida em que, os incentivos para investir em capital físico e humano só são potenciados quando está assegurada a capacidade de beneficiar dos frutos dos investimentos.

Desta forma, a Nova Economia Institucional (NEI) tem emergido como uma abordagem teórica relevante para compreender as interações complexas entre instituições, organizações e indivíduos na economia global. No contexto específico dos países de língua portuguesa, conhecidos como países da lusofonia, a aplicação da NEI torna-se ainda mais pertinente, considerando as particularidades culturais, políticas e socioeconómicas que caracterizam essa diversificada comunidade de nações.

A NEI explora como as regras, normas e estruturas institucionais moldam o comportamento económico e as decisões dos agentes económicos, influenciando directamente o desenvolvimento económico e social nos países da lusofonia. Essas instituições podem ser tanto formais, como leis e regulamentações governamentais, quanto informais, como normas culturais e práticas sociais arraigadas ao longo do tempo.

O objectivo geral deste estudo é compreender o cenário das instituições sócio-económicas nos países da lusofonia, essencialmente Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique exploraremos a aplicação dos princípios da NEI em países como Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Cada um destes países possui uma rica história e uma estrutura institucional singular, factores que exercem influência sobre suas economias e suas trajetórias de desenvolvimento. Adicionalmente, busca-se identificar desafios e oportunidades para o aprimoramento das instituições e para o fortalecimento de uma economia mais resiliente, inovadora e sustentável nesses países.

Ao longo do trabalho, serão apresentadas análises teóricas, pesquisas empíricas que sustentam as conclusões e recomendações para aprimorar a eficácia das instituições económicas nos países da lusofonia. O estudo contribui, assim, para o avanço do conhecimento sobre a NEI e seus impactos na economia dessas nações, bem como para a promoção do desenvolvimento económico e social em toda a comunidade lusófona.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi de carácter bibliográfico. Assim fez-se uma revisão literária, de vários autores contemporâneos nacionais e internacionais, documentos oficiais que culminou numa metodologia de análise de conteúdo.

Gil (2002), aponta que a pesquisa bibliográfica, se desenvolve com base na existência de material, dentre livros e artigos científicos.

Conforme explicado pelas definições acima a base da pesquisa bibliográfica são os livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa, com a pesquisa bibliográfica faz-se o levantamento de informações que sejam relevantes na construção da pesquisa científica, pesquisando-se em obras já publicadas sobre o assunto.

A pesquisa baseou-se em documentos, na qual matéria confiável sobre as categorias analíticas em estudo como para a elaboração do quadro teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para estudar o tema da Nova Economia Institucional nos países da lusofonia, diversas teorias podem ser utilizadas para fundamentar a análise e a compreensão dos factores institucionais que influenciam o desenvolvimento económico, o ambiente de negócios, a competitividade das empresas e a inclusão social.

Algumas das principais teorias que podem ser aplicadas incluem de acordo com North (1990):

1. Teoria dos Custos de Transacção: Esta teoria destaca a importância das instituições na redução dos custos de transacção e na organização eficiente das actividades económicas. Ela explora como as instituições afectam os acordos contratuais, a tomada de decisões e a eficiência na coordenação económica.

2. Teoria dos Direitos de Propriedade: Essa teoria enfatiza a relevância das instituições na definição e protecção dos direitos de propriedade. Ela explora como a clareza e segurança desses direitos impactam a inovação, o investimento e o desenvolvimento económico.

3. Teoria da Escolha Pública: Essa teoria analisa como as instituições políticas e governamentais moldam as decisões colectivas e a formulação de políticas públicas. Ela explora como as estruturas institucionais

influenciam os incentivos dos actores políticos e suas decisões.

4. Teoria da Nova Economia Institucional de Desenvolvimento: Essa teoria busca entender como as instituições afectam o desenvolvimento económico em países em desenvolvimento, como os da lusofonia. Ela explora os mecanismos pelos quais as instituições promovem ou dificultam o crescimento sustentável nessas nações.

5. Teoria da Captura do Estado: Essa teoria investiga como grupos de interesse podem influenciar as instituições governamentais para obter vantagens económicas. Ela explora os efeitos da captura do Estado na formulação de políticas e na alocação de recursos.

6. Teoria do Crescimento Endógeno: Essa teoria explora como as instituições podem promover a inovação, a acumulação de capital humano e o desenvolvimento tecnológico, impulsionando assim o crescimento económico a longo prazo.

Essas teorias fornecem um arcabouço conceitual para analisar as interações entre as instituições económicas e o desenvolvimento económico nos países da lusofonia. A combinação dessas teorias pode enriquecer a compreensão dos factores institucionais que moldam o ambiente.

Factores Institucionais

Os factores institucionais que influenciam o desenvolvimento económico, o ambiente de negócios, a competitividade das empresas e a inclusão social nos países da lusofonia podem variar de acordo com cada país específico. No entanto, alguns factores comuns podem ser identificados segundo Fiani (2011):

1. Estabilidade Política e Institucional: A estabilidade política e a existência de instituições sólidas são fundamentais para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade nas regras do jogo económico. Países com instituições estáveis e bem estabelecidas tendem a atrair mais investimentos e promover um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento económico.

2. Sistema Legal Eficiente: A eficiência do sistema legal, incluindo a protecção aos

direitos de propriedade e a agilidade na resolução de conflitos, é crucial para a confiança dos investidores e para a competitividade das empresas. Um sistema legal eficaz contribui para o desenvolvimento de mercados mais transparentes e seguros.

3. Políticas de Desenvolvimento Económico: As políticas públicas adoptadas pelos governos da lusofonia têm um papel importante na promoção do desenvolvimento económico. Políticas que incentivam o empreendedorismo, a inovação, o comércio internacional e o investimento em infra-estrutura podem impulsionar a competitividade e o crescimento sustentável.

4. Acesso ao Crédito e ao Mercado Financeiro: A disponibilidade de crédito e o acesso ao mercado financeiro são fundamentais para que as empresas possam investir, inovar e expandir seus negócios. Instituições financeiras bem reguladas e uma política monetária estável são factores que influenciam directamente a competitividade das empresas.

5. Capacidade de Inovação e Pesquisa: A capacidade de inovar e investir em pesquisa e desenvolvimento é crucial para a competitividade das empresas em um cenário económico global em constante transformação. Instituições que fomentam a inovação e promovem a cooperação entre empresas e universidades são essenciais para o desenvolvimento económico.

6. Políticas Sociais e Inclusão Social: Políticas sociais eficientes que promovem a inclusão social e reduzem a desigualdade são importantes para o desenvolvimento económico sustentável. Instituições que promovem o acesso à educação, saúde e oportunidades de emprego podem aumentar a produtividade e o bem-estar da população.

7. Abertura Comercial e Integração Regional: A abertura comercial e a participação em acordos de integração regional podem ampliar as oportunidades de negócios e melhorar a competitividade das empresas nos países da lusofonia.

8. Transparência e Combate à Corrupção: Instituições que promovem a transparência, o

combate à corrupção e a responsabilização são fundamentais para garantir o bom funcionamento da economia e atrair investimentos.

9. Infra-estrutura e Logística: Uma infra-estrutura adequada e uma logística eficiente são cruciais para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento económico em geral.

A análise desses factores institucionais nos países da lusofonia pode fornecer insights valiosos para a formulação de políticas públicas que visem impulsionar o desenvolvimento económico, melhorar o ambiente de negócios e promover a inclusão social nessas nações.

A análise dos indicadores associados ao desenvolvimento institucional político e económico, com objectivo de explorar evidências da relação do desenvolvimento contemporâneo com a trajetória institucional, partindo do princípio de que o modelo de colonização molda a trajetória institucional. Desta forma, deve-se observar indicadores como:

a) PIB per capita: indica a renda por população de cada país, os dados são em dólares americanos correntes);

b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): mede o desenvolvimento de uma região baseado em três factores: educação, expectativa de vida e renda, varia de mínimo 0 (zero) fraco nível de desenvolvimento, e máximo 1(um) o mais alto nível desenvolvimento).

c) GINI: mede o grau em que a distribuição da renda ou consumo entre indivíduos ou domicílios em uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Portanto, um índice Gini de 0 (zero) representa a igualdade perfeita, ao passo que um índice de 100 (cem) indica desigualdade perfeita.

d) Índice de diversificação de actividade produtiva (relação ao principal produto de exportação): mede a percentagem de dependência de exportação total em relação ao principal produto de exportação, varia de 0%

(fraca dependência) a 100% (forte dependência).

e) Estabilidade política: mede a percepção do risco de um governo ser desestabilizado ou deposto por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência politicamente motivada ou terrorismo, varia de -2,5 (fraca percepção estabilidade política) a 2,5 (forte percepção de estabilidade política).

f) Controlo de Corrupção: mede a percepção de quanto o poder público é exercido para ganhos particulares, quer sejam pequenas ou grandes manifestações de corrupção, assim como a parcela do Estado que é capturada pela elite e interesses privados, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).

g) Voz e Responsabilização: mede a percepção de quanto o cidadão de participação na escolha de seu governo, bem como sua liberdade de expressão e associação, e a existência de uma imprensa livre, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).

As análises dos indicadores serão feitas à luz da teoria em uso, na abordagem dos autores Acemoglu & Robinson (2012). É importante ressaltar que, os autores não trabalham exactamente com os indicadores mencionados na análise de desenvolvimento, mas por ausência de um outro índice que permita melhor análise, usa-se esses indicadores como um Proxy.

Instituições, Organizações e desenvolvimento

É fundamental fazer uma distinção entre a instituições e organizações; instituições são regras gerais de interação social, organizações são grupos de indivíduos ligados por um conjunto de regras específicas (suas próprias instituições), as quais visam à acção colectiva do grupo em torno de um objectivo comum (Fiani, 2011).

As instituições são as regras do jogo numa sociedade (North, 1990). Elas organizam a luta entre os proponentes da mudança e os seus oponentes, pelo que afectam a capacidade dos países para inovar e implementar novas tecnologias. Estas regras, formais (leis, sistema político, regulamentos, etc.) ou informais (usos

e costumes, valores, capital social, etc.), afectam a competitividade e o desempenho económico dos países; incluindo os custos de transação e produção (os chamados custos de contexto) e estruturam os incentivos dos agentes económicos, influenciando a organização da produção e os investimentos em capital físico e humano e em tecnologia.

Adicionalmente, a forma como as instituições vão evoluindo ao longo do tempo determina a evolução das sociedades, pelo que o sucesso ou fracasso das nações pode em grande medida ser explicado pela adopção de instituições mais ou menos propícias ao crescimento económico (North, 1990; Acemoglu e Johnson, 2012).

São organizações, empresas que possuem suas instituições específicas, seus códigos de ética e conduta, suas regras de governança corporativa, entre outros, que actuam coletivamente para um objetivo comum: o lucro e o crescimento da empresa. As limitações impostas pelo contexto institucional, ao lado de outras restrições, definem o conjunto de oportunidade e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas. Conforme a função objectivo da organização: maximização do lucro, vitórias eleitorais, regulamentação de empresas, formação dos alunos, etc. (North, 1990).

Portando, as instituições definem a “regra do jogo” na sociedade e nas organizações, tornam as relações económicas em grande medida previsíveis, o que facilita as escolhas dos tomadores de decisões, ainda que elas aconteçam em ambiente de grande incerteza e complexidade. Estes aspectos denominados de “aspecto cognitivo das instituições”, está relacionado às nossas capacidades de conhecer as situações complexas e incertezas (Mantzavinos 2001), assim denominou. Mas não há garantias que serão adoptadas as instituições eficientes, proporcionando o desenvolvimento económico.

O crescimento económico sustentável é o resultado das instituições inclusivas, políticas e económicas, que funcionam criando um ciclo “ virtuoso”, ciclo este que nasce não só da lógica inerente do pluralismo e do estado de direito, mas também porque instituições políticas inclusivas tendem a sustentar

instituições económicas inclusivas o que leva a uma distribuição de renda, conferindo mais poder e autonomia, ou seja, a distribuição do poder político de juro, se é nas mãos de um único indivíduo ou de um pequeno grupo ou do povo, que por sua vez a escolha das instituições económicas, que modela o incentivo económico ideal, ou não, ao crescimento económico.

Desenvolvimento institucional no contexto Angolano

Através de uma compilação de dados de diferentes estudos e análise do OGE angolano, numa óptica de Desenvolvimento Humano, olhando os sectores sociais prioritários. Como resultado, observa-se:

- Um sector da Educação e Saúde com carências de profissionais qualificados e falta de condições técnicas. O Serviço Nacional de Saúde carece de 30.000 médicos e 66.000 enfermeiros (Luísa Lucuta, 2019).
- Um sector da Protecção Social com uma cobertura deficiente, em particular à Família e Infância. Por sua vez, a tipologia contributiva do sistema revela-se ineficaz, uma vez que “ignora” as necessidades de quem mais precisa, as crianças e os pobres. Tal situação foi alvo de atenção por parte da actual Ministra das Finanças Vera Daves, que referiu a ineficácia do actual modelo de assistência social, argumentando a necessidade de passar os subsídios indirectos a directos, para assim ajudar pessoas com necessidades específicas (Diário de Notícias, 2019).
- Um sector de Habitação e Serviços Comunitários com grandes deficiências, no que diz respeito ao saneamento urbano e abastecimento de água, sectores em que o actual investimento público se revela ineficiente, de forma a poder contribuir para uma higiene pública funcional. Outro aspecto a realçar, é a falta de poder financeiro (acesso ao crédito), que afecta 92% dos agregados familiares angolanos (Cain, 2018).

Por mais habitações que se construam no país, existe a necessidade de uma abordagem

multifuncional, com o foco na redução da pobreza. O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 reflecte sobre o problema do poder de compra dos agregados familiares angolanos, ao incutir a necessidade de implementar iniciativas que estimulem a transição da economia de subsistência e familiar para modelos de economia formal, de forma a aumentar os índices de rendimento das famílias nestas condições, e, com esse aumento, melhorar a qualidade da saúde, da educação, e o nível de vida em geral.

Baseado nas análises conduzidas ao longo deste estudo, podemos retirar algumas lições: O crescimento do PIB per capita (PIBper1) e níveis mais baixos de corrupção (CPI) contribuem positivamente para o IDH no país, podendo ser sinónimos de mais gastos públicos direccionados, maior actividade económica, liquidez financeira e melhor Governação, respectivamente. Foi quebrado um grande preconceito, sobre o efeito negativo da variável Crescimento Populacional em relação ao IDH. De acordo com o modelo econométrico aplicado, o crescimento populacional não influencia negativamente o IDH em Angola, ou seja, o crescimento populacional não representa um obstáculo ao IDH no país. Por outro lado, a despesa pública (OGE) influencia negativamente o IDH no país. A justificação sobre a dotação orçamental pode estar relacionada com a afectação do OGE, em que é observável a tendência em consignar os montantes mais elevados ao pagamento de dívida pública e ao sector bancário, entre outros, em detrimento das áreas sociais prioritárias.

Pelos dados, pode-se constatar que em Angola, existe um cenário de baixo índice de desenvolvimento humano, elevado pela pobreza, podendo ser fruto da governação e a questão de vontade política, havendo assim, uma necessidade de investimentos em sectores sociais.

Mendes (2020) destaca que Angola tem de apostar no desenvolvimento da sua jovem população, capacitando-a, para que se torne numa economia desenvolvida e, consequentemente, com elevados níveis de desenvolvimento. Há que repensar também outros aspectos, como a descentralização administrativa, para uma maior proximidade na satisfação das necessidades da população, e a natureza do sistema social do país, tornando-o um sistema mais redistributivo, sem descurar a sua sustentabilidade.

Desenvolvimento institucional no contexto de São Tomé e Príncipe

Para a análise do desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe, utiliza-se os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; PIB per capita (PIBper1); Índice de GINI; Índice de Diversificação de actividade produtiva, em relação ao principal produto de exportação. Para análise da evolução política, utiliza-se os indicadores: Estabilidade política, Estado de direito, Controlo de corrupção e Voz e responsabilização. Esses dados serão apresentados em dois quadros, sendo que no primeiro os indicadores associados ao desenvolvimento político institucional e em seguida indicadores associados ao desenvolvimento económico.

Tabela 1 - Indicadores sociais

Indicadores	2006	2010	2014	2016
Estabilidade política	0,35	0,12	0,18	0,23
Estado de direito	-0,49	-0,66	-0,79	-0,69
Controlo da corrupção	-0,29	-0,25	0,00	-0,06
Voz e responsabilização	0,27	0,12	0,32	0,45

Fonte: BM (2018)

Mediante os indicadores apresentados, pode-se identificar deficiências no cenário social do

país, não se verificando melhorias ao longo do tempo, como é o caso da questão da

Abdul, M. H. (2024). *A nova economia institucional na lusofonia. Estudo comparativo entre Angola, São tome e príncipe e Moçambique.*

estabilidade política que teve um declínio ao longo dos anos, isto reflecte-se pela fraca democratização do país, adicionalmente a questão do Estado de Direito que não é efectiva.

Outros indicadores como corrupção, sofreu oscilação e por ultimo, a voz e

responsabilização não teve melhorias significativas, mas manteve um número acima da média.

No âmbito de indicadores de desenvolvimento económico, identificou-se o seguinte:

Tabela 2 - Indicadores económicos

Indicadores	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Varição do PIB (em USD)	1129,8	1380,9	1619,5	1824,2	1615,3	1714,7
Índice de Desen. Humano	0,488	0,525	0,525	0,555	0,574	0,574
Índice de GINI	30,8	a)	a)	a)	a)	a)
Índice de Diversificação da actividade produtiva	76%	84%	78%	89%	87%	83%

Fonte: BM (2018)

a) Sem dados

Que houve crescimento acentuado ao longo do tempo no PIB per capita o que reflecte-se por um aumento de rendimento total do país em relação ao número de população existente, mas o valor actual está abaixo do padrão ideal do desenvolvimento. Por sua vez, ocorre um declínio no IDH. Dstacando-se que o país encontra-se no quadro de países pouco desenvolvidos.

Relativamente ao índice de diversificação de actividade produtiva, constata-se que ao longo do tempo ele se manteve na ordem dos 80% o que representa uma forte dependência da exportação total em relação ao principal produto exportado (cacau), sendo o valor deste índice nos dias actuais (2017) de 83%, o que demonstra que a economia continua muito pouco diversificada.

A fraca diversificação demonstra que há reduzida participação dos agentes económicos na produção, fruto das instituições extrativistas que, não promovem ampla participação e incentivos comerciais aos agentes económicos. Condições contrarias a estas são fruto de instituições económica inclusivas que fomentam a actividade económico e consequentemente a prosperidade (Acemoglu & Robinson, 2012).

Desenvolvimento Institucional no contexto Moçambicano

Porter (2021), destaca que Moçambique conheceu progressos significativos em muitas áreas do desenvolvimento humano nos últimos 20 anos. O crescimento económico foi, em média, de 7%, a esperança de vida melhorou em mais de 10 anos, taxa bruta de matrícula no ensino primário aumentou quase 60%, e a produção agrícola aumentou 50% ao longo deste período. Embora este progresso tenha melhorado a vida de alguns moçambicanos, não se traduziu em crescimento e desenvolvimento inclusivos para uma grande parte da população.

Estes dados revelam um atraso do país na componente de desenvolvimento humano e social. Havendo deficiências nas principais instituições que lidam com a garantia de serviços sociais básicos.

Em Moçambique, a esperança média de vida à nascença é de 60,9 anos, sendo que a média da escolaridade ronda os 3 a 5 anos. Registam-se 289 mortes maternas por cada 100.000 nascimentos, sendo que por cada 1.000 nados vivos, 148,6 progenitoras tinham entre os 15 e os 19 anos. No Parlamento, 41,2% dos assentos são ocupados por mulheres. Por cada

10.000 pessoas, existem 0,8 médicos. Por outro lado, somente 8% da população rural têm acesso a eletricidade. Por último, 62,9% das pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza (Unicef, 2022)

Mediante indicadores de Governança Mundial (IGM): voz e responsabilização, estabilidade política e ausência de violência, eficácia do governo, qualidade reguladora, Estado de direito, controlo da corrupção. Moçambique foi o país com melhor desempenho em termos de voz, responsabilização e controlo da corrupção em ambos os grupos de países em 2005. No entanto, a norma dos indicadores na base de dados dos IGM muda de ano para ano. Tendo isto em mente, o ponto principal que surge dos gráficos é que enquanto Moçambique estava a fazer melhor do que os outros países em 2005, piorou em 2018. Embora continue a ter o melhor desempenho em termos de voz e responsabilização entre os países pares, os seus resultados são inferiores aos de todos os outros quatro países em termos de eficácia do governo e de Estado de direito (Cruz et al, 2020).

Nos últimos anos o país teve situações que deixaram a desejar a questão da corrupção, devido as dívidas ocultas, que tornou-se um assunto público bastante discutido.

As dimensões institucionais relacionam-se com a confiança nas regras conhecidas e o respeito pelas mesmas por parte dos actores governamentais e dos cidadãos, bem como com a independência do sistema judicial. Destaca-se que enquanto em 2005 a pontuação de Moçambique no indicador Estado de direito já era baixo em comparação com os seus vizinhos, este posicionamento torna-se mais óbvio em 2018.

As pontuações sobre estabilidade política e ausência de violência motivada por razões políticas, incluindo o terrorismo, mostram que a posição de Moçambique em relação aos países vizinhos e pares se deteriorou com o tempo. É interessante notar que, embora a pontuação de Moçambique fosse semelhante à do Malawi e da Zâmbia em 2005, era mais baixa em 2018 (certezas no caso da Zâmbia) (Cruz et al, 2020). Esta dimensão refere-se ao

grau de reconhecimento da nação como Estado, com estruturas de poder adequadas e diferenciadas a nível nacional e subnacional, e à probabilidade de instabilidade política e de violência e terrorismo politicamente motivados. Tendo-se se verificado a situação de terrorismo em Cabo Delgado, os insurgentes o que poderá ter influenciado para baixa classificação do país neste indicador.

O nível de independência do sistema judicial é visto como baixo em Moçambique, o mais baixo em comparação com os países seleccionados e ao longo de todo o período. Também, nota-se que houve uma diminuição em relação a 2008 e uma queda acentuada após 2017. Quanto ao nível de generalização da corrupção política. Uma pontuação elevada reflecte um elevado nível de corrupção. Moçambique, manteve-se consistentemente próximo da pontuação da vizinha Tanzânia (até 2016), abaixo da do Malawi e acima da pontuação da Zâmbia. Em comparação com os seus pares, a pontuação de Moçambique manteve-se semelhante à do Vietname e da Etiópia (até 2017) e inferior à pontuação do Laos e do Uganda. Além disso, o escândalo da dívida oculta reflecte-se num aumento em 2017 (Cruz et al, 2020)

CONCLUSÃO

Em virtude dos aspectos abordados ao longo do artigo, pode-se constatar que os três países que foram objecto de análise (Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique) apresentam algumas semelhanças em termos de avaliação da situação socio-económica, constatando-se uma precariedade nas condições de vida da população, o que leva a tirar algumas conclusões relativamente a fragilidades das instituições, prelavendo a corrupção, fraca intervenção dos órgãos judiciais, defice no acesso a serviços básicos como educação, saúde, difícil acesso a habitação para a população jovem.

Os países tem desafios, que vão da criação de condições mais sólidas para a consolidação de um Estado de Direito, democratico transparente que promova o desenvolvimento da iniciativa privada e acesso a serviços

Abdul, M. H. (2024). A nova economia institucional na lusofonia. Estudo comparativo entre Angola, São tome e príncipe e Moçambique.

básicos. Pressupostos de que o Estado de Direito, proteção à propriedade privada, proteção social, liberdade de expressão são frutos das instituições inclusivas e que conferem os agentes econômicos a liberdade das suas actividades económicas e a respectiva apropriação dos seus lucros por Direito. Logo, as pessoas teriam maior incentivo para aplicar os seus escassos recursos – tempo, capital, e conhecimento – uma vez que há garantias que feito os investimentos o governo não interfira indevidamente nos seus negócios para se apropriar dos benefícios gerados.

Algumas iniciativas para melhoria da realidades destes países passariam por:

Fortalecer o sistema judicial e tornar-se mais independente do poder executivo;

Promover-se a descentralização em diferentes vertentes;

Mais acesso aos serviços básicos;

Investimentos nos serviços sociais como educação e saúde;

Reforço das instituições de controlo e combate a corrupção;

Promoção da legislação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2012). Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza: Rio de Janeiro: Elsevier

Cain, A. (2018). Informal water markets and community management in peri-urban Luanda, Angola. *Water International*, 43(2), 205-216.

Cruz, A., Inês, F., Johnny, F., Finn, T. (2020). Desenvolvimento económico e instituições: moçambique em uma encruzilhada, um diagnóstico institucional. Winder.

Fiani, R. (2011). Cooperação e conflito: Instituições e desenvolvimento económico. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

Gil, A. (2002). Metodologia de pesquisa. São Paulo: Atlas

Lucuta, L. (2019). Pobreza, Fome e Estratégias de Combate para a sua Mitigação na

Cidade do Namibe - Angola. Lisboa: FCSH: DGPR - Dissertações de Mestrado.

Mantzavinos, P. (2001). Custos de transação, instituições e desempenho económico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal

Mendes, M. (2020). Estado, política pública e desenvolvimento: Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Tese de (Doutorado) -. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

North, D. C. (1990). Instituições, desempenho económico. Cidade de Mexico: Fundo de Cultura Económica.

Porter, A., Bohl, D., Kwasi, S., Donnerfeld, Z., Ciliers, J. (2021). Perspectivas e Desafios: Crescimento e Desenvolvimento Humano em Moçambique até 2040. Maputo: Irish Aid.

Unicef (2022). Unicef em Moçambique 2022-2026. Uma parceira estratégica para todas as crianças. Maputo: Unicef.

BM-Banco Mundial. Open Data, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em: 24 de Outubro de 2023.

Diário Notícias. Proteção Social com uma cobertura deficiente, Luanda, 2019. Acessado em: 24 de Outubro de 2023.

Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 de Angola. Acessado em: 24 de Outubro de 2023.